



♀
REM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO
ATA Nº 6/2020
SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020
Salão Multiusos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MESA

Presidente: Romana Maria Martins Parreira Romão

Primeiro Secretário: Rui Filipe Fezes Páscoa

Segunda Secretária: Virgínia do Nascimento Duro Pereira Daniel Godinho

PS

António Francisco Galvão Gomes, Ana Maria do Sacramento Torres Olho Azul, Ana Isabel Lino Fialho, Palmira de Jesus Dias Brissos Pereira, Sara Isabel dos Santos Ramos, e, Rui Edgar Ferreira da Costa.

CDU

João Luís Ferro do Rosário Fragoso, Maria de Lourdes Dias Fernandes Hespanhol, José João Lança Guerreiro, e, Maria Rosa Maurício Carvoeiras

PSD

Sérgio Paulo Rodrigues Fernandes

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA OU SEUS SUBSTITUTOS LEGAIS

União de Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros: Sónia Sezinando em substituição José João Cavaco.

Freguesia de Odivelas: Rodrigo José Rego Raposo.

União de Freguesias de Alfundão e Peroguarda: Carlos Manuel Bonito Raposo.

Freguesia de Figueira dos Cavaleiros: Juvenália Isabel Guerreiro Salgado.

CÂMARA MUNICIPAL

Presidente: Luís António Pita Ameixa

Vereador: José Valente Rocha Guerra

Vereador: Paulo Fernando Marrafas Conde

Vereadora: Ana Rute Beringel de Sousa

Faltas

PS - José Jacinto Descalço Bilau,

Vice-Presidente: Maria José do Ó Efigénio

HORA DE ABERTURA: 20H14M



A. - PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

A.1- INFORMAÇÕES GENÉRICAS

-----A **Senhora Presidente da Assembleia** quando eram vinte horas e catorze minutos, após ter verificado as presenças e a existência de quórum, para o funcionamento da sessão, deu início à mesma com a ordem de trabalhos atempadamente distribuída.-----

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, referiu que a Senhora Vereadora Maria José informou que por motivos pessoais hoje não pode estar presente na reunião. No período das informações a Senhora Presidente da Mesa, salienta que tem participado em todas as reuniões da ANAM, tem acontecido mensalmente, e agora em formato *online*. Também tem participado nas reuniões da CIMBAL e recentemente esteve na reunião do Conselho Municipal de Educação. É necessário continuar com as reuniões extraordinárias temáticas, porque é de grande utilidade termos uma noção de maior proximidade daquilo que é o trabalho desenvolvido na área da educação, quer pela Câmara, quer pelas escolas, tem sido um trabalho muito importante, pois existe um conhecimento mínimo e deve haver um trabalho mais alargado. No início do ano dois mil e vinte e um, logo que seja possível será agendado com a direção da escola e com o setor da Câmara Municipal, uma reunião temática. O ano de dois mil vinte, tem sido um ano realmente diferente, ficou-se privado durante algum tempo das reuniões da Assembleia Municipal, mas foi de grande utilidade continuar de forma presencial, a sua realização. Ao nível das reuniões de Comissão de Líderes, ultimamente não foi efetuada, atendendo a que estamos no final do ano e as condições nos tem limitado. Desde o início do mandato a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, pediu para que as instalações da Assembleia Municipal, levassem uma lavagem, uma pintura, uma reviravolta na sua apresentação, sendo que este ano pouco se lá teve, então tinha sido o ano ideal para se fazer essa limpeza, sendo que tal ainda não aconteceu, nem a sala de reuniões nem os outros espaços, o que é de lamentar. Quer chamar a atenção para o pagamento atempado do pagamento de senhas da Assembleia Municipal, tem vindo a atrasar muito, este mês já foram feitas as transferências de algumas mas ainda está em falta o pagamento de uma reunião. O trabalho na generalidade tem sido positivo, as reuniões são um pouco prolongadas mas faz falta haver debate e partilha de opiniões. A Senhora Presidente Romana Romão, também salienta, que mandou fazer umas prendas de natal, mas atrasaram-se e não as pode entregar hoje, hoje sim, recebem todos os senhores deputados uns bombons para degustar a reunião de forma mais doce. -----

-----O **Senhor Primeiro Secretário Rui Páscoa**, refere que enviou um e-mail à uns dias atrás sobre o pagamento das senhas de presença, havia uma disciplina relativa ao pagamento das senhas e até aqui elas eram sempre pagas atempadamente, e agora juntaram-se quatro reuniões para pagar, sendo que já foram pagas três mas ainda falta uma. Reforça que deve haver uma disciplina e bom senso relativamente ao pagamento das mesmas.-----



Handwritten signature and initials: R and RMR

A.2-ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** solicitou a concordância da Assembleia Municipal para que fosse dispensada a leitura do projeto da ata da reunião ordinária numero quatro realizada no dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros com antecedência. -----

-----Havendo acordo unânime, foi colocado em discussão o projeto da ata da referida reunião.---

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, salienta duas notas, uma relativa às senhas de presença, que não é pelo valor mas refere que não sabe se aquela questão da sessão extraordinária se efetivamente não foi paga a senha de presença, ao que a Senhora Presidente da Mesa, responde de forma afirmativa, referindo que falta o pagamento de uma. O **Senhor Deputado João Fragoso** repara que foram feitas as transferências e entretanto houve uma transferência que foi feita e que a juntaram mas a divisão não corresponde ao valor individual daquilo que costuma receber, por isso pergunta se essa senha de presença da reunião extraordinária a continuação, foi paga ou não, referindo que vai perguntar aos serviços. Outra coisa que vai perguntar aos serviços, não disse nada mas esteve a confirmar, recebeu dois e-mails o primeiro expedido no dia catorze de dezembro com o envio de documentos para a sessão ordinária do dia dezoito de dezembro, tendo alguns anexos e o e-mail do dia onze de dezembro, tem a convocatória e o edital. Ou seja, não recebeu as atas e solicita que alguém confirmasse se as recebeu. A **Senhora Presidente** refere que poderá ter sido um erro informático e a situação será verificada. -----

-----A **Senhora Lourdes Hespanhol**, refere que apresentou nesse dia duas declarações políticas e as mesmas devem ser incertas nas atas, as moções é que são anexas às atas, pelo que não percebe porque não constam no seu conteúdo. Devendo essa situação ser corrigida.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, sugere que a ata reunião ordinária numero quatro realizada no dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte, seja votada na próxima reunião com a inclusão das referidas declarações políticas.-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** solicitou a concordância da Assembleia Municipal para que fosse dispensada a leitura do projeto da ata da reunião extraordinária, realização do ato eleitoral para o cargo do presidente da CCDR do Alentejo, realizada no dia treze de outubro de dois mil e vinte, uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros com antecedência. -----

-----Havendo acordo unânime, foi colocado em discussão o projeto da ata da referida reunião.----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Bem'.

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão extraordinária, realização do ato eleitoral para o cargo do presidente da CCDR do Alentejo realizada no dia 13 de outubro de 2020, por maioria, com 17 votos a favor, e 1 abstenção (do grupo CDU).-----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** solicitou a concordância da Assembleia Municipal para que fosse dispensada a leitura do projeto da ata da reunião ordinária numero cinco realizada no dia treze de novembro de dois mil e vinte, uma vez que a mesma foi enviada a todos os membros com antecedência. -----

-----Havendo acordo unânime, foi colocado em discussão o projeto da ata da referida reunião.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão ordinária nº5/2020, realizada no dia 13 de novembro de 2020, por maioria, por maioria, com 17 votos a favor, e 1 abstenção (do grupo CDU).-----

A.3--CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

-----**A Senhora Presidente da Assembleia** solicitou a concordância da Assembleia Municipal para que fosse dispensada a leitura da correspondência recebida pelo facto de ter sido anteriormente enviada uma síntese a todos os membros. -----

A.4--OUTROS ASSUNTOS

-----No passado dia trinta de outubro de dois mil e vinte, realizou-se uma ação de rua com vista a abordar a comunidade migrante que, na atualidade, reside no concelho de Ferreira do Alentejo. Foi uma ação conjunta em que participaram os serviços de Proteção Civil, a Divisão Social em parceria com o projeto Ferreira Intercultural em que um dos pontos do projeto é a figura do Mediador para os assuntos relacionados com migrantes a residirem no concelho.-----

-----Esta, foi a terceira ação que se realizou no âmbito da pandemia *Covid 19 (Coronavirus SARSCOV- 2)* . O grande objetivo passa pela divulgação de informação relacionada com as regras e orientações emanadas pela DGS no que respeita ao *Covid 19*, nos contextos de trabalho e social.-----



8
Rena

-----Logo em março (1ª ação de rua), concentramos esforços na identificação das residências onde se encontravam migrantes e na divulgação do novo *coronavírus*, percorrendo todas as freguesias do concelho. Foi solicitada a colaboração da GNR na entrega de mais folhetos informativos aquando patrulhamento nas freguesias do concelho de modo a reforçar a divulgação.-----

-----Em agosto, voltamos à rua para mais uma ação de divulgação das medidas (2ª ação de rua).-----

-----Desta vez foram distribuídos folhetos em várias línguas, na tentativa de fazer chegar a mensagem pretendida aos vários migrantes que se encontravam a residir no concelho. Complementarmente, o SMPC elaborou uma informação com PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E CONTROLO EM EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E CENTRAIS DE EMBALAMENTO (Orientação Conjunta 1/2020/DGS/DGAV), e com a colaboração da DS procedeu-se ao envio para as empresas de trabalho temporário e outros empresários agrícolas do concelho. Existe a necessidade de dar continuidade a estas ações pois, a comunidade migrante caracteriza-se pela sua grande mobilidade, em grande parte, devido ao trabalho sazonal no Alentejo.-----

-----O **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**, sobre a questão dos migrantes, refere que o mau serviço das empresas de contratação de pessoal continua a existir e claro que isto não é um problema da Câmara, mas todas as questões relacionadas com alojamento, contratos de trabalho e tudo o que faz parte com a vinda desses migrantes que vêm para cá com algum objetivo, algum contrato de trabalho ou ficam aí na mendicidade, todas essas questões devem continuar a preocupar, porque é um problema que não está sanado. Não existe da parte das autoridades competentes uma ação efetiva para sanar os problemas para conhecer e perseguir aqueles que à margem da lei, aproveitam esse trabalho por razões económicas, é conveniente, e por muitas campanhas de sensibilização se façam na vila, existem pessoas em condições muito más, há pessoas que tem pelos seus empregadores os seus documentos apreendidos, e depois no final quando é para cumprir todas as questões contratuais são postos na rua, sendo tudo demasiado confuso. Em suma, muito mais tem de se fazer, não só através destas campanhas, é preciso mais ação, mais músculo neste assunto.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, salientou que este assunto já foi falado em várias ocasiões, e não é de fácil resolução, neste momento no município decorre um projeto, o Plano Municipal para a Integração dos Migrantes, foi contratada uma pessoa, um migrante que está a desempenhar um trabalho, no sentido de fazer a mediação entre as necessidades dessas comunidades que chegam e fazer a ligação com as várias entidades que existem no território no sentido de tentar ir solucionando esses problemas. O mais importante, de facto este plano permite reunir o conjunto das entidades que intervêm no território neste tipo de problemática,



RENK

não se está a falar não só das freguesias e do município, da saúde, da educação, da Autoridade das Condições do Trabalho, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, todas essas entidades que tem a responsabilidade e um conhecimento mais profundo sobre o funcionamento deste tipo de dinâmicas e existe um trabalho que está a ser feito e que apesar de todas as dificuldades, as entidades estão com um plano que é definido pelo conjunto a tentar atuar, para minimizar algum dos problemas que todos sabemos que eles existem.-----

B – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA

B.1- Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal – ano 2021

-----A Câmara Municipal enviou uma certidão de deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal no dia onze de novembro do ano dois mil e vinte, relativamente ao Orçamento, grandes opções do plano e mapa de pessoal ano 2021. Tendo em consideração:-----

----- 1) Orçamento 2021 e GOP´s-----

-----Nos termos do disposto no artº 45º da lei nº 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), o órgão executivo terá que apresentar à Assembleia Municipal os documentos referidos até 30 de novembro de 2020. -----

-----Mais se informa que:-----

-----a) Os documentos previsionais, Orçamento (enquadrado num plano orçamental plurianual) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI), foram elaborados nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP), em especial, o conteúdo da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental;-----

-----b) o orçamento municipal para 2021 nos termos do disposto no artº 46º do RFALEI, inclui :-----

----- Relatório que contem a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes;-----

----- Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia;-----

----- Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica;-----

----- Articulado que contem as medidas para orientar a execução orçamental para o ano 2021;-----

----- A proposta das grandes opções do plano), compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos (modelo do SNC-AP);-----



Handwritten signature in blue ink.

-----Mapa das entidades participadas pelo município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.;-----

----- O quadro plurianual de programação orçamental que define os limites para a despesa, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município, numa base móvel que abrange os quatro exercícios seguintes. -----

-----2- Mapa de Pessoal 2021- O Mapa de pessoal, considerando o disposto nº 4 do artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, é aprovado pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.-----

-----Pelo exposto deve a Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto nas alíneas a) e o do nº 1 do artº 25º da Lei nº 75º/2013, de 12 de setembro, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e o mapa de pessoal.-----

-----No dia vinte e cinco de novembro do ano dois mil e vinte, a Câmara Municipal na sua reunião, ainda relativamente ao orçamento efetuou uma retificação, pois foram detetadas algumas incorreções no relatório, nomeadamente nas paginas 38,39,41,43, 44 e 45, mais especificamente nos valores das variações. A situação já foi apresentada à Assembleia Municipal, na sua sessão extraordinária de 13 de novembro corrente, aquando da apresentação dos documentos previsionais. -----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, relativamente ao orçamento, ele já foi apresentado, congratula-se pelas apresentações que são feitas anteriormente à votação, o que é importante porque permite um maior escrutínio do orçamento, teve a oportunidade de colocar uma questão a propósito do plano do programa de valorização do comércio e dos produtos locais, foi referido que não havia dotação orçamental para esse plano e só depois de se conhecer o saldo de gerência é que poderíamos ter um valor para esse programa, no entanto o orçamento é feito por estimativas, de intenções, de valores bases que se quer colocar e é estranho, não querendo usar a palavra suspeito, é estranho ter-se aprovado um programa à pressa sendo que pela sua importância devia ter sido aprovado por maioria, porque vem dar uma ajuda ao comércio local e às empresas, merecia ter sido votado por unanimidade, foi votado por maioria, com abstenções e votos contra. Nessa altura o Senhor Deputado refere que questionou se já havia uma ideia de qual o valor ia ser inscrito, sendo que referiram que quando fosse apresentado o orçamento, já se teria uma ideia, foi apresentado o orçamento e foi referido que só, quando se tiver o valor do saldo de gerência. Há aqui uma rubrica de valores muito mais elevados, e está cá o valor inscrito, isto faz lembrar outras coisas, lembra da primeira reunião da Assembleia Municipal, em que participou no ano dois mil e dois ou ano dois mil e três, em que dizia ao Senhor Presidente porque o campo de futebol vem sempre *aqui* nos orçamentos, todos os anos, e todos os anos não é realizado, havia também o parque de exposições e feiras, e também aparecia lá sempre o valor mas que também nunca era feito, e o Senhor Presidente explicou que é algo que se quer fazer mas que por vezes não é feito.



fenk

O **Senhor Deputado João Fragoso**, acha estranho, e reportando-se novamente ao orçamento para o ano dois mil e vinte e um, um programa de extrema importância, devia haver uma ideia, e não havendo devia haver uma estimativa e gostaria de saber se a resposta continua a ser a mesma se é para continuar à espera do saldo de gerência, e vai ser aprovado uma coisa com um valor que não se sabe qual vai ser. Os orçamentos são uma estimativa e devia estar aqui uma estimativa, depois de ter a resposta a esta questão fará outra pergunta se, há estimativa do valor a inscrever para este plano.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, salienta que os orçamentos são um documento previsional, que tem previsões das receitas e das despesas, e pode-se à partida sendo uma previsão colocar lá o que se quiser, desde que seja garantido o equilíbrio orçamental, no entanto a legislação condiciona-nos nalgumas previsões, e uma delas é que não se pode contar com o saldo da gerência do ano anterior enquanto pelo menos os fluxos de caixa não estejam aprovados, a lei agora já permite que com só a aprovação dos fluxos de caixa se possa nessa altura contemplar o saldo no orçamento, isso vai ser feito no início do ano, talvez em fevereiro e nessa altura será contemplado, e essa verba vai ser dotada com a integração do saldo da gerência em função dos fluxos de caixa, neste momento a lei que disciplina os orçamentos municipais não permite fazer essa previsão.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, agradece a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas deseja saber da parte do executivo, tem de haver uma ideia do valor que este programa vai ter, quanto dinheiro vai haver disponível para distribuir para as empresas que vão pedir apoio a fundo perdido para se capacitarem com *web sites*, etc, e se modernizarem e depois para o comércio local, o executivo tem de ter uma ideia desse valor. Pergunta, se tem vontade de inscrever um valor para este programa, que vontade é essa, que valor é esse, não quer que se diga que são duzentos mil e depois vem aqui dizer passado dois meses que afinal são só dez mil, apenas quer saber se há alguma estimativa, qual a ideia, qual a intenção.-----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, referiu que já tinha respondido a essa questão na última Assembleia, parecendo-lhe que o Senhor Deputado João não quer entender a resposta, em primeiro lugar refere o seguinte: "estranhou muito o sentido de voto do Senhor João e da bancada da CDU relativamente a esta medida, que é uma medida que visa fundamentalmente apoiar as pequenas empresas, e portanto não conseguiu de forma alguma entender o sentido de voto e isso é que é relevante do ponto de vista político, porque é que a bancada da CDU perante uma medida que foi claramente construída para apoiar os pequenos comerciantes e os pequenos produtores, votou contra". De qualquer maneira, o Senhor Vereador reforça e salienta, o facto de que se dar qualquer tipo de apoio às empresas do tipo daquele que está a decorrer como o concurso do comércio local ou outras coisas que se pretende fazer como pequenos mercado, etc, tem de ter regulamentos que suportem esses apoios e aquilo que foi feito, foi construir um regulamento que



previu não só esse concurso que se queria lançar na altura como também outras medidas que ainda não fossem lançadas no imediato pudessem ficar desde logo previstas, para se poder lançar à medida que fosse sentida que havia possibilidade de avançar. É isto que está neste momento a acontecer, neste momento até há muito pouco tempo não havia nem estes concursos de estímulo de consumo no comércio local nem havia aquilo que se quer lançar que é uma plataforma eletrónica de divulgação e comercialização dos produtivos locais que estará sobretudo ao serviço dos pequenos produtores locais, e esse regulamento veio dar resposta a isso. O Senhor Deputado João, está muito focado, salienta o Senhor Vereador, nos apoios ao comércio e muito honestamente aquilo que motivou a conceção do regulamento não foi fundamentalmente essas medidas, elas ficaram lá previstas e que se irá avançar quando se sentir que faz sentido avançar e neste momento estão previstas em termos de regulamento porque e se tiver de se avançar com as medidas não se tem de estar a aprovar regulamento, no fundo isto é para permitir que exista aqui alguma flexibilidade na gestão política dos apoios às empresas, e se for decidido dar apoio, às pequenas empresas muito honestamente, não se está a pensar que esse valor será muito elevado, terá de se ver as verbas que estão disponíveis mas claramente, e não passará pela cabeça durante o ano dois mil e vinte e um mobilizar uma verba muito significativa para esse tipo de apoios, porque essas medidas não são claramente aquilo que é essencial neste programa que se quer desenvolver durante o ano dois mil e vinte, dois mil e vinte e um e durante os anos seguintes.-----

-----O **Senhor Deputado Sérgio Fernandes**, no que respeita à questão do voto contra, refere que na altura também votou contra mas a questão não foi pelo apoio às pequenas empresas foi pela questão de não ser equitativo e pela questão de ser só para as empresas do ninho de empresas, também custa-lhe acreditar refere, que se faça uma medida e se faça um orçamento e não se tenha uma ideia qual a medida de valor, e quando se faz um programa destes tem de haver uma ideia de valor, quanto é que esse programa vai custar.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, questiona o Senhor Vereador José Guerra se lê as atas das reuniões da Assembleia Municipal, poderá não ter tempo para isso, talvez esteja mais preocupado em aprovar estes programas à pressa, salienta. De qualquer forma se as fosse ler e tendo em conta que não as recebeu, a ata da sessão ordinária de vinte e nove de setembro, a ata numero quatro isto merecia um voto de protesto e não devia votar nada nesta sessão, porque está numa sessão que não pode votar documentos porque não os recebeu, sendo isto obstrução ao seu exercício, mas a ata numero quatro de vinte e nove de setembro foi onde foi colocada à votação este programa no ponto B5, estando alguns comentários proferidos pelo próprio, e diz que apresentou uma declaração de voto, exatamente sobre o sentido do voto contra este programa, que não está inserida na ata, que passa a ler: *"...no seguimento da apresentação feita pelo Senhor Vereador José Guerra a propósito do ponto B5 referi que apresentar e propor à votação regulamentos redigidos de forma geral da aso a que posteriormente se pratique ações*



Handwritten signature and initials in blue ink.

discricionárias, apesar de reconhecer a importância do regulamento e de concordar com o âmbito do mesmo não compreendo e nem posso compactuar com a formação do artigo 3º-Apoio financeiro ao Investimento em particular com o ponto um do artigo que refere, o apoio financeiro ao investimento destina-se às iniciativas empresariais as empresas localizadas no ninho de empresas ou em estruturas similares do município. Ao meu pedido sobre o esclarecimento no ponto anterior na medida em que o artigo é discriminatório o Senhor Vereador José Guerra admitiu que, (e agora é que é a opção política: que é uma opção política da nossa parte, queremos direcionar os recursos para os micro empresários). No entanto há uma evidente incoerência com aquilo que o senhor vereador diz e com o exposto com o ponto dois do artigo 1, âmbito de aplicação, que diz o seguinte: o disposto neste regulamento abrange as iniciativas empresariais privadas desenvolvidas por sociedades comerciais ou por empresários em nome individual com sede fiscal no concelho de Ferreira do Alentejo. Portanto o ponto um do artigo 3º vai contra o âmbito de aplicação do regulamento na medida em que discrimina excluindo a possibilidade de candidatura ao apoio financeiro ao investimento de todas as sociedades comerciais e empresários em nome individual que não estejam localizadas no ninho de empresas. Depois de ser sugerido ao Senhor Vereador José Guerra que não colocasse o regulamento à votação na presente reunião e abrisse o âmbito de aplicação do documento, o Senhor Vereador mostrou-se irredutível no adiamento da votação e sugeriu a inclusão no artigo 3º um ponto quatro em que se poderia avaliar a possibilidade de empresas que não estão nas estruturas referidas no ponto um do artigo 3º poderem beneficiar de um apoio de uma verba incluída no orçamento que será definida anualmente pela câmara em orçamento. Entendo que é eticamente questionável este tipo de procedimento em que se propõe a votação um regulamento com uma redação que depois de votado sofrerá alterações, pode até suscitar dúvidas quanto à legalidade do procedimento e até do próprio regulamento e por todos estes motivos, o senhor deputado João Fragoso votou contra aprovação do regulamento como tal apresentado considerando ainda que pela relevância do regulamento e por ser realmente importante para apoiar quem precisa, era digno que o documento fosse votado por unanimidade na assembleia municipal, o documento foi aprovado por maioria com cinco votos contra e duas abstenções. "-----

-----O Senhor Deputado João Fragoso, após ler a declaração supra, refere e diz ao Senhor Vereador José Guerra sobre a legislação, o seguinte:... "o que diz e se quiser perder um bocadinho, não tiver sono, é o que eu digo aos meus alunos quando eles não tem sono, para lerem a estrutura conceptual do sistema de normalização contabilística e das primeiras coisas que aparece nesse sistema de normalização contabilista são as características qualitativas da informação financeira, em que elas devem ser compreensivas, devem ser comparáveis, devem ser relevantes,"... este orçamento não é um exercício de relato no entanto está ligado à informação financeira, não tem toda a informação que é relevante, vai contra as características qualitativas da informação financeira só deste ponto este orçamento está ferido porque vai contra a estrutura



conceitual da sua análise contabilística dito isto, refere que é um bom orçamento e gostaria de relevar o trabalho dos dirigentes e dos serviços municipais que tiveram e colocaram na aplicação do novo SNCAP, no entanto esta situação de não haver uma estimativa, um valor base a inscrever no programa, não respeita as características qualitativas da informação financeira, em quinze anos vai votar o primeiro orçamento contra, dos orçamentos que já votou, por que este ponto levanta suspeitas, pode dizer o que quiser mas as suspeitas estão no ar, refere.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, refere que o orçamento está afirmado, essa verba será dotada com a integração dos saldos, que sofrerá uma revisão orçamental, e a revisão do orçamento também é orçamento, obedece as mesmas características e à mesma formulação legal, o ato que se está a fazer hoje não é um ato final do orçamento, até porque e quando se fizer a integração dos saldos, o orçamento será objeto de uma revisão orçamental e esse programa será dotado com a verba necessária nesse momento, respeitando a lei e o SNCAP.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, diz que nesse momento terá todo o prazer em votar favoravelmente a revisão orçamental, neste momento tendo em conta o documento que é apresentado e não respeita a estrutura conceptual do SNCAP, existem rubricas que não há valor e mais, até era capaz de votar o orçamento favoravelmente se pudessem dizer qual a estimativa, qual a intenção, e não existe essa intenção, acha que não é incompetência mas começa a roçar a incompetência, é uma decisão política, depois já não é decisão política, e depois pode-se abrir uma exceção e colocar o ponto quatro, começa a roçar incompetência, começa a roçar a ilegalidade e não cumpre as normas básica do SNCAP, nomeadamente à relevância da informação, terá todo o prazer em votar favoravelmente a dotação que aí vier, mas só por este ponto, e acha que é um ótimo orçamento, o melhor orçamento que se teve nos últimos dez anos, mas só por este ponto não o poderá votar a favor e terá que votar contra.-----

-----O **Senhor Deputado Sérgio Fernandes**, refere que na medida em que mesmo não sendo uma peça contabilística o orçamento tem de servir de guião para as atividades da câmara e se não tem incluída todas as verbas que a câmara precisa para a sua atividade, não vai servir de guião, e então não poderá votar o orçamento que não está capacitado de servir de guião, o que votará contra.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, refere que legalmente não têm razão, o orçamento é sempre um orçamento cada vez que se mexe nele, e obedece às regras de previsão e só vai ser possível fazer uma avaliação da verba que vai ficar disponível para dotar esse programa, quando souber a verba que irá existir ou a disponibilidade em função do saldo da gerência do ano dois mil e vinte ou seja, com a disponibilidade que existe neste momento a Câmara não teve a opção de dotar essa verba, dotou outras o que quer dizer que nos primeiros dias do ano dois mil e vinte não há verba para esse programa, ele não será dotado, claro que



f
DMM

quando for dotado ele será incluído na revisão orçamental no principio do ano, e nessa altura será dotado, e a partir dai será executado essa verba. Qual vai ser a verba, é a pergunta que neste momento não tem resposta porque isso depende da disponibilidade que se vai ter do acréscimo do saldo que não será só para isso porque vai ser dividido por outras coisas, e nessa altura o orçamento vai crescer, o orçamento é de dezasseis virgula dois milhões de euros, neste momento, mas depois de entrar o saldo de dois mil e vinte, vinte e um, vai ser muito mais. Esse acréscimo de dezasseis para mais, vai ser para servir, para dotar vários programas, várias verbas entre as quais uma delas será esta, em função da disponibilidade dessa altura que se tenha, uma parte desse acréscimo há-de ser para essa verba e o programa terá essa dotação cumprindo as normas do SNCAP. O **Senhor Deputado Sérgio Fernandes**, pergunta se quando vier o saldo vai haver verba para esta medida e para outras, devia de haver de facto quanto vai haver para esta medida, pois tinha ficado com a ideia que o acréscimo do saldo era para essa medida mas se de facto dá para esta medida e para outras então devia de haver uma ideia para esta.-----

----- O **Senhor Deputado João Fragoso**, no seguimento do exposto pelo Senhor Deputado Sérgio da mesma forma que se colocasse aqui uma previsão seja ela qual for, também poderia fazer a revisão orçamental e corrigir a verba, refere que pode dar uma série de exemplos neste orçamento de verbas que estão aqui e que naturalmente não vão ser executadas e depois existe um programa que foi aprovado à pressa começou logo mal, foi empurrado para cima da mesa para ser votado à pressa e quase indicar o sentido de voto das pessoas que aqui estavam para não correr o risco de não aprovado, a Senhora Deputada Virgínia até levantou aquela questão mas são todas do PS ou CDU ou PC o pessoal que estão o ninho de empresas, pois não é essa a questão. Toda a situação que está aqui em volta do programa, é um programa que começa a levantar suspeitas aquilo que disse funciona também ao contrário, a regra é colocasse aqui uma verba seja ela qual for depois com o saldo de gerência e depois retifica-se a verba e ai sim faz-se uma revisão orçamental, não é agora conhecer o saldo de gerência e vai ser colocado lá o valor, não é assim que funciona, não é assim que se fazem orçamentos, salienta.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, refere que realmente não é assim, salvo o devido respeito pela opinião, mas evidentemente pode-se teoricamente fazê-lo, pois a Câmara podia ter com a verba que neste momento tem disponíveis, a Câmara não pode dotar nas despesas mais verba do que tem na receita porque entrava em desequilíbrio orçamental e isso é proibido por lei, e não pode fazer isso. Teoricamente com as receitas que tem a Câmara já neste momento podia ter dotado esse programa, tinha era não ter dotado num outro qualquer daqueles que ali estão, é uma questão de opção e a opção foi dotar outras verbas porque se considerou que era mais urgentes e essa é uma daquelas que ficou a espera do saldo de dois mil e vinte. A verba será dotada em função do saldo que existir e das necessidades que se tiver. Se quando for feita a revisão orçamental houver um grande surto de *covid* e a câmara tiver que acorrer com verbas significativas para socorrer o quê, se calhar esse programa ou até outros podem ser prejudicados



S
Renm

por isso, mas se não houver esse problema ou outros então já haverá mais liberdade com a verba que vamos ter do saldo da gerência e por aí. Por outro lado em relação ao regulamento que foi aprovado, chama a atenção do seguinte: ...”o que vinha proposto pela Câmara consignava a possibilidade de haver esses apoios apenas às empresas que estavam instaladas no ninho de empresas e isso era uma opção que tinha a ver com uma escolha prévia ao programa que era para as empresas que eram selecionáveis para estar no ninho de empresa, já tinham tido uma apreciação, aquelas que vão para o ninho de empresas tem de ter uma apreciação que é aprovado em reunião da câmara, é feito um relatório pelos nossos serviços e só vão para lá se cumprirem certos condicionalismos nas condições que foi o regulamento do ninho. Quem vai para o ninho de empresas já tem ali uma seleção que se coadunava com esse programa. A Assembleia discutiu isto e foi sentido que havia um sentimento de que devia alargar-se isso. Isso foi feito, com a Câmara aceitar essa alteração e propor que o regulamento fosse aprovado com uma redação diferente a eliminação de uns pontos do artigo e acrescentar outro, e aprovação final do regulamento é essa, é com as alterações, o regulamento foi aprovado com as alterações, e só assim é que pode ser. Nós temos esse regulamento, vamos cumpri-lo, vamos honra-lo e estamos só a espera do saldo que vai acrescentar mais verba ao orçamento e uma parte dela há-de ser dotada esta verba para ser aplicada em função do regulamento”....-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, refere que então quer dizer que foi votado uma coisa que não existe, o que aqui foi votado foi um regulamento com uma redação que não existe, porque a redação apresentada foi aquela, e se quiserem fazer alteração à redação apresentavam. De acordo com a última declaração do Senhor Vereador José Guerra: “Quando nós queremos alargar muito o leque não criamos o impacte que queremos, todas as empresas estão atentas a esta situação e devemos de ser pragmáticos, o Senhor Vereador propõe que se pode incluir nesta fase e ir de encontro com a preocupação manifestada que seria no artigo três incluir mais um ponto, relativa a avaliação de outras empresas que não estão naquelas estruturas de poderem beneficiar de acordo com o orçamento definido. Ao nível do regulamento podemos deixar essa abertura”... ou seja foi votado aquele regulamento que foi apresentado, não tem legalidade nenhuma, é ilegal. Perante esta afirmação o **Senhor Vereador José Guerra**, responde que o regulamento não é ilegal e foi votado.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara**, salienta que está claro, foi discutida a redação, a Câmara aceitou as críticas da Assembleia e o que foi aprovado, foi o regulamento com essa alteração sem ficar preso às empresas do ninho de empresas, porque tirou se um ponto, foi tirado o três e acrescentado o quarto, tal como o João já leu isso hoje, a votação final aqui foi contemplando com a preocupação da assembleia, e não está aprovado o regulamento que diz só as empresas do ninho o que foi aprovado, foi o regulamento com essa alteração, até porque o João já leu isso hoje. Portanto o regulamento que está em vigor que diz que todas as empresas e não são só as do ninho de empresas podem candidatar ser aprovadas.-----



-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, diz que não é isso que está em ata, ao que o Senhor Vereador diz que deveria estar porque se foi discutido e foi colocado a votação aquilo que foi a redação. O **Senhor Vereador José Guerra** refere que a questão que está aqui é a seguinte: ...“é evidente que eu queria muito que o regulamento fosse aprovado, e na altura não sei se tive oportunidade de explicar aqui porque uma das medidas que estava subjacente à aprovação do regulamento naquele momento, era que nós pudéssemos lançar a medida que neste momento está no terreno e é uma medida que tem sido um enorme sucesso para a empresas locais que, é esta do incentivo à compra no comercio local e por isso é que se, o regulamento não fosse aprovado naquele momento quem seria fundamentalmente penalizado seriam as pequenas empresas e o comércio local e foi por isso que eu insisti muito, que era importante que o regulamento fosse aprovado e que se houvesse algum aspeto alterar que eu ate apelava a que ele pudesse ser alterado mais tarde. Mas depois em discussão e porque nós sentimos o espírito das pessoas, era que o regulamento pudesse incluir essa norma, definimos isto aqui, definimos qual deveria ser a redação e o regulamento quando foi posto a votação foi com essa norma, muito honestamente não li a ata da Assembleia, mas isso foi o que aconteceu e as pessoas que aqui estão com certeza que conseguem testemunhar isso o que foi votado, foi o regulamento mais essa clausula que foi proposta até que o João numa das leituras que fez falou sobre isso, não estando a perceber o que se passa neste momento com essa argumentação”.-----

----- O **Senhor Deputado Sérgio Fernandes**, refere que não se lembra porque se tivesse votado esse regulamento com essa alteração, não teria votado contra, porque votou contra exatamente por ser exclusivo ao ninho de empresas e se ele tivesse sido votado com a alteração não teria votado contra e voltando a um ponto atrás se tinha tanta urgência que ele fosse provado continua a não perceber porque não há verba neste orçamento para esta medida e que está a ser aplicada, a discussão continua e cada vez possui mais duvidas, salienta o deputado.-----

-----A **Senhora Secretária da Mesa da Assembleia, Virgínia Godinho**, pergunta ao Deputado João, porque isto cria alguma confusão entre todos os presentes e pergunta porque é que continua a dizer que é suspeito e que tipo de suspeitas são essas, para elucidar a todos os presentes e para se saber e se poder também avaliar fazer juízos de valor sobre essas suspeitas. Depois questiona porque, é tão importante se isto é uma coisa que está *in loco*, está a ser bem sucedida, é uma coisa para os pequenos, se isto está a resultar e tudo o que for para a nossa localidade seja de que maneira for é sempre bom. Para além disso, sobre o orçamento e sendo que o João é um homem doutorado nessa parte e sabe mais do que qualquer um de nós, a senhora Virgínia, gostaria de perguntar porque é tão importante esse quantitativo no orçamento, porque não lhe faz confusão nenhuma isso não haver, porque até sendo este um ano atípico, poderá vir outra pandemia outros problemas em que a câmara tenha de soltar dinheiro para outras formas, portanto não lhe faz diferença nenhuma sabendo que até é um sucesso relativo, territorial. Volta a salientar que precisa de saber qual é a importância, resume-se em duas coisas, quais são as



Rena

suspeitas e porque é tão importante que justifica esta situação de não andar com as coisas para a frente.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, refere que as coisas já avançaram e quanto às suspeitas cada vez que o Senhor Vereador ou o Senhor Presidente vão dar explicações entram em contradições, não se pode ter uma verba mas depois existe uma verba para a nova praça do cinema, por exemplo, mas essa verba está lá curiosamente, mas esta que já está a ser aplicada não tem verba isto é uma contradição e levanta suspeitas e depois porque é importante o quantitativo, palavra de político, quando pergunta quantas empresas estão no ninho de empresas, não soube responder, conhecimento de causa zero, qual o valor, questionou, o valor veremos quando o orçamento for aprovado, ora era tão importante o programa que ainda assim optou-se por votar outras rubricas, palavra de político mais uma vez, zero. Aquilo que está aqui em causa é a palavra dita não vale nada, e depois ainda o Senhor Vereador quer que se aprove uma coisa, onde o novo regulamento vai ter uma redação diferente, então vai ser aprovado uma coisa que vai ter uma redação diferente, é para confiar, quando já se falhou duas vezes, essas são as suspeitas.-----

----- O **Senhor Deputado Sérgio Fernandes**, refere que ainda ficou com uma duvida, disse que a medida já está a surtir efeitos e com sucesso mesmo não tendo dotação orçamental, queria saber que efeitos são.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara**, refere que o regulamento de apoio às atividades económicas locais, tem várias vertentes e dentro dele vários programas possíveis, e o que lá diz é que depois a Câmara, o executivo lança em cada momento que considera oportuno cada um desses programas com normas de especificação de como é que funciona, um dos programas era este para apoio às empresas, por exemplo é o que diz o artigo segundo; "os apoios a conceder podem existir em varias formas, por exemplo apoio financeiro ao investimento, apoio a promoção e comercialização, terceiro, cedência de estruturas físicas e virtuais, quarto, isenção de taxas municipais e quinto, apoio técnico, portanto há vários tipos de apoio. O apoio ao investimento era aquele que se se estava a falar, o apoio às compras no comércio local, que é aquele que esta a decorrer, é uma outra vertente do mesmo regulamento, e esse a câmara já pôs a funcionar, esse consiste em que é criado um estímulo para as pessoas irem comprar no comércio local, por cada dez euros de compras recebem uma senha, com essa senha será feito um sorteio pelos números dessas senhas e os prémios é: primeiro prémio, quinhentos euros em compras no comércio local, segundo prémio, trezentos euros em compras no comércio local, terceiro prémio, duzentos euros em compras no comércio local e mais dez prémio de cem euros, também no comércio local. Isto é um estímulo para as pessoas irem ao comércio local, para poderem ter senhas, e aqueles que ganharem, terem de gastar as senhas no comércio local outra vez.-----



[Handwritten signature]
R. V. E.

-----Um outro diferente é o apoio ao investimento, no diário da republica publicado no dia vinte e sete de outubro, onde foi publicado o regulamento e portanto o regulamento da Assembleia Municipal com essa alteração que foi feita aqui e votado com a aceitação da Câmara, que diz: *“O apoio financeiro ao investimento destina-se às iniciativas empresariais localizadas no ninho de empresas ou em estruturas similares do município, e depois acrescentou-se o numero quatro, podem igualmente candidatar-se iniciativas empresariais não compreendidas no numero um, que sejam igualmente projetos nascentes, e o montante máximo de apoio a conceder por promotor não pode exceder os três mil euros”*. Portanto isto ficou contemplado, esta versão não é a proposta inicial da Câmara mas a versão final saída da assembleia municipal. O regulamento neste momento permite apoiar não apenas as empresas que estão o ninho de empresas mas fora do ninho de empresas, é uma das vertentes deste regulamento que a Câmara porá em marcha assim que houver condições para isso momento uma das condições que falta é dotar uma verba para isso e isso será analisado quando tiver o saldo orçamental. -----

-----O **Senhor Vereador José Guerra**, refere que relativamente à questão que o Senhor Deputado Sérgio está a colocar, este programa embora esteja a ser neste momento operacionalizado, as despesas dele só vão acontecer em dois mil e vinte e um, porque o que está neste momento previsto é que as pessoas por cada dez euros de compras tenham direito a um cupão e no inicio de dois mil e vinte e um haverá um sorteio onde serão atribuídos os tais vales de compras às pessoas que tem os tais cupões sorteados. O Senhor Vereador, apela a que se tenha uma discussão séria porque assim deverá de ser feito, pois, o valor dos prémios que foi aprovado para este programa pela câmara, foi de dois mil euros, e já foi referido aqui que não tinha a expectativa que o programa iria ter um valor muito elevado, mas seguramente que vai ter a capacidade de cobrir este valor que foi referido. Será sorteado pelas pessoas, as pessoas receberão os vales de compras que depois podem utilizar no comércio local que aderiu, portanto aqui o comércio local vai ter beneficio duas vezes, quer porque as pessoas para terem direito ao cupão tem de comprar no comércio local e depois as pessoas tem que gastar esses vales de compras no comércio local e o comércio local quando tiver esses vales de compras terá depois um prazo para fazer chegar esses vales à Câmara e a Câmara pagará esse valor ao comércio. Estamos a falar de uma despesa que só acontecerá em dois mil e vinte e um, ao fim de algum tempo, agora a questão é que se nós não tivéssemos aprovado, as pessoas, o comércio local que neste momento já está a beneficiar desta medida, não teria essa possibilidade, e foi esse o apelo feito e ainda bem que foi aprovado e na altura mostrou-se disponibilidade para alterar a proposta que se trazia da câmara e acabou-se por incluir essa alteração que foi aquela que foi votada, e que foi aqui redigida e foi aquela que foi votada.-----

-----O **Senhor Deputado João Fragoso**, diz que o que o Senhor Vereador pediu foi um salto de fé *“votem lá a favor que vou colocar aqui um ponto”*, e pergunta se é assim que se fazem as coisas, se isto é ser sério, e se redigissem diziam cinco minutos de pausa e está aqui, o ponto é



este, liam e ficava em ata, e iria-se votar e aí toda a gente votava a favor. Aquilo que aconteceu partiu da intransigência que depois foi percebendo que afinal não se reunia apoio total e devia de mudar qualquer coisa, mostrou essa abertura é certo mas tinha mostrado essa abertura daqui a seis meses e dizia para votar mas com a promessa de que será acrescentado um ponto. Foi isto que foi dito, e está gravado, salienta o senhor deputado João Fragoso, reforçando que também tem a gravação e que também, a gravou, e sabe quais foram as palavras do Vereador, e gravou porque pediu para ouvir numa reunião e não foi chamado, então refere que começou a gravar as reuniões também. Portanto aquilo que aprovamos não foi com essa alteração, o regulamento foi aprovado com a promessa de que será acrescentado um ponto. Na gravação não se ouve nada daquilo que está escrito, esse ponto não se houve na gravação, refere.-----

-----A **Presidente da Mesa da Assembleia Romana Romão**, refere que sendo assim a questão da legalidade, o João nem ninguém pode gravar as audições sem autorização. É uma questão de legalidade, porque grava e nunca pediu autorização para isso, qualquer um dos elementos que aqui estão nesta sala, pode realmente contestar essa situação e o João sabe perfeitamente que não é legal, portanto há aqui uma coisa, todos erram, então há que remediar os erros, o João dar a sua palavra de honra que não continua a gravar as reuniões e tem todo o direito a ouvir as gravações como qualquer um dos deputados que estão nesta sala, nem isso nunca foi negado a ninguém, as audições são livres de serem ouvidas, as gravações na sua integra, e até se quiserem pode ser dado aos elementos com uma pen ou cd com a gravação da audição, mas é a assembleia que faz isso e não são os deputados da assembleia que gravam ilegalmente numa reunião destas. Portanto, é grave, na sua perspetiva não será mas é grave na minha perspetiva, salienta a senhora Presidente, tendo passado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, pensa que todos queremos o mesmo, sendo que a sua proposta é a seguinte: *“Como nós, temos de fazer uma reunião da assembleia em fevereiro, e nessa altura penso que já temos o fluxo de caixa aprovado, vai ser discutida essa verba. O que propõe à assembleia, é que nessa discussão nós possamos por na ordem de trabalhos o regulamento, nessa altura discutimos não só a verba, mas também revisitamos o regulamento e verificamos essa redação do artigo, depois ou mantemos como está ou fazemos algum ajuste conforme for o consenso que se gerar, para que isto não fique com duvidas, agora está como está de se ir às lojas comprar, esse programa de investimento não avançará sem revermos o orçamento, e sem revermos o regulamento nesse ponto”*. Essa será a proposta, fazendo isso na próxima sessão.-----

-----A **Senhora Deputada Lourdes Hespanhol**, face a esta proposta que o senhor presidente da Câmara faz, irá abster-se de fazer o comentário que iria fazer e reserva-se para próxima reunião da Assembleia Municipal.-----



Rena

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Orçamento, por maioria, com 13 votos a favor, 2 votos contra (do grupo CDU e PSD) e 3 abstenções (do grupo CDU).-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar as grandes opções do plano, por maioria, com 13 votos a favor, e 5 abstenções (do grupo CDU e PSD). -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o mapa de pessoal ano 2021, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

B.2- Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e Atividades Culturais, Cívicas, Desportivas e Recreativas;

-----A **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia** informou que foi distribuído a todos os membros uma certidão da deliberação tomada na reunião de Câmara de 25 de novembro de 2020, relativamente ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e Atividades Culturais, Cívicas, Desportivas e Recreativas.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e Atividades Culturais, Cívicas, Desportivas e Recreativas, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

B.3- Formas de Apoio às Freguesias

-----A Câmara Municipal enviou para deliberação seis certidões de deliberações tomadas em reunião da Câmara Municipal, para cumprimento do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro (deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações). -----

-----1- Freguesia de Odivelas- pedido de apoio financeiro para remodelação e ampliação do edifício sede da Junta de Freguesia de Odivelas;-----

-----2- Freguesia de Odivelas- pedido de apoio financeiro para iluminação do campo de futebol da freguesia de Odivelas;-----

-----3- União de Freguesias de Alfundão e Peroguarda, pedido de subsidio para fazer face às obras de ampliação da sede de freguesia;-----



Handwritten signature

-----4- União de Freguesias de Alfundão e Peroguarda, alteração ao Plano de pomenor da UOP19-A em Alfundão;, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

-----5- Freguesia de Figueira dos Cavaleiros- pedido para apoio financeiro para serviço de apoio escolar;-----

-----6- Freguesia de Figueira de Odivelas- pedido para obras na extensão de saúde.-----

------(1)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

------(2)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

------(3)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

------(4)-A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

------(5)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

------(6)-A Assembleia Municipal deliberou autorizar (sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações) o pedido anteriormente referido, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

B.15- Atividade da Câmara Municipal

-----Foi presente à reunião, nos termos da alínea c), do nº2, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do município, no período de 25 de junho de 2020 a 24 de setembro de 2020, já anteriormente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal.-----



A
REM

-----O **Senhor Presidente** abordou ponto a ponto as atividades do município, referindo que o relatório como é habitual foi apresentado a todos, tem um primeiro ponto que diz respeito ao *Covid* que é uma das matérias que infelizmente tem ocupado bastante as preocupações do executivo municipal, tivemos um período de dezasseis a vinte e quatro de novembro em situação de emergência porque ultrapassamos o limiar dos duzentos e quarenta casos por cem mil habitantes, isso deveu-se sobretudo termos aqui um foco grande, um grupo de vinte pessoas em Santa Margarida do Sado, um grupo de migrantes, que estavam confinados, não tinham grande contacto com a população local, eles saíam muito cedo de manhã e voltavam só para dormir, dificilmente passaram para a comunidade, em Santa Margarida nunca houve algum caso registado. Mas esse grupo grande ajudou a que se passasse o limiar dos duzentos e quarenta casos por cem mil habitantes, e entramos portanto num daqueles concelhos que tinham especiais restrições, com o recolher obrigatório à uma da tarde no fim de semana. Até ao momento são somados cinquenta e três casos de covid no concelho, em geral, tem sido casos pouco graves, as pessoas não têm a ter chegado a ter sintomas muito graves, outros sem sintomas, quando foi feito o relatório, e quando foi feito este relatório, está anexo o documento oficial da Direção Geral de Saúde, só havia quatro ativos, não havendo nenhum óbito por covid no nosso concelho. Só não houve ainda óbitos, em Alvito, Barrancos e Ferreira do Alentejo, em todos os outros concelhos já houve óbitos. Continuasse com várias restrições, a câmara tem muitos equipamentos fechados, não têm sido realizadas atividades desportivas nem atividades culturais, e assim se deverá manter, pois a política da câmara tem sido de alguma contenção, no sentido de defender a saúde pública.-----

-----Outras atividades, regista se um seminário pela *internet* que foi feito com o CEBAL, tendo um centro em Ferreira com uma equipa de cientistas fazendo um trabalho de promoção, de divulgação junto das empresas, da sua atividade, esta reunião teve como objetivo fazer um balanço da atividade, virem também propostas, um conjunto de cerca de duas dezenas de pessoas ligadas às ciências, com doutoramentos, outras que estão no estrangeiros, outras de Ferreira, foi muito importante porque promoveu uma maior ligação dessas pessoas aqui ao concelho. Também são aqui assinaladas as reuniões da Comissão Municipal da Proteção Civil, da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, que está em revisão o Plano Municipal da Proteção Civil, sendo que a Comissão Municipal da Defesa da Floresta, reúne mensalmente, porque ela agora tem que aprovar os projetos de obra fora dos núcleos urbanos consolidados, existe um Plano de Defesa de Floresta, mas o ICNF levantou umas questões em relação à sua validade e neste momento está a ser discutido, esperando que se resolva dentro de poucos dias essa questão. Também está aqui assinalado uma reunião com o Ministro da Agricultura por causa da fábrica do bagaço e da azeitona, foi feita uma proposta para colmatar aquele problema, e espera-se que o governo dê uma resposta positiva, também uma reunião com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais por causa do pagamento de impostos pelas Centrais Solares Fotovoltaicas, sendo esta uma atividade produtiva, por exemplo o nosso concelho ocupa bastante território, neste momento temos à volta de cento e cinquenta hectares, de área ocupadas por Centrais



[Handwritten signature]

Fotovoltaicas enquanto as eólicas por lei pagam dois e meio por cento da energia que vendem, uma quota às Câmaras, as outras, as Centrais não têm essa quota., as eólicas pelo vento, até ocupam menos território. Esse problemas foi colocado ao governo porque não é justo esse tratamento desigual. Está em curso o trabalho de revisão do Plano Diretor Municipal, o que existe está bastante desatualizado à realidade atual, esperando o próximo ano exista um Plano Diretor renovado. A Comissão de Acompanhamento e de Monitorização do Processo de Delegação de Competências do Estado em matéria de Educação fez a sua terceira reunião e um dos aspetos que se está a discutir, são os rácios para os números de assistentes operacionais que o estado comparticipa para as escolas, a Câmara tem tido a política de ter nas escolas os assistentes operacionais que sejam necessários, segundo a escola, mas o estado só comparticipa essa despesa de acordo com um rácio que ele próprio estabelece. Entende-se que essa conta não esta bem feita, sendo que existe direito a um rácio maior. Está a ser discutido neste momento com o ministério, ao mesmo tempo está a decorrer na sua fase final um concurso para admissão de dezassete assistentes operacionais para o Agrupamento de Escolas, para dotar tudo aquilo que a direção da escola diz que é necessário, para se ter uma escola que responda a todas as necessidades dos alunos e dos professores. Também foram adquiridos mais sessenta cacifos para as escolas, para ajudar os alunos de não terem de carregar as mochilas pesadas, deixando lá os seus materiais, esta já é a segunda ou terceira compra que se faz, já foram comprados um total de cento e cinco. -----

-----A Biblioteca Municipal tem promovido algumas iniciativas, apesar destas dificuldades da pandemia com altifalantes nas ruas, para fazerem algumas atividades com as pessoas e as famílias. Existe a preocupação de dotar a câmara com meios quer humanos quer materiais, já foram comprados vários veículos, um carro do lixo novo, uma carrinha de transportes nova, uma retro escavadora nova, e agora foi comprado um veiculo com uma cistema nova que dá apoio ao abastecimento de água. No que diz respeito aos apoios sociais a Câmara tendo em conta os investimentos que as instituições particulares da Segurança Social vão fazer, decidiu ter aqui comparticipação especial, que são apoios ao investimento, ou seja para criar novas respostas, ou aumentar as respostas que já existem, para esse efeito foi aprovado um subsidio de cinquenta mil euros à Santa Casa da Misericórdia para a obra que está a fazer, a Unidade de Cuidados Continuados Integrados para essa obra a Misericórdia fez um empréstimo para uma parte dessa obra e para outra tem apoio dos fundos comunitários, no valor de um milhão e oitocentos mil euros, e para conseguir esse apoio a Câmara teve um papel muito importante em termos de ter de conseguir que fosse aprovada essa candidatura, sendo esta uma obra de grande importância, de grande dimensão, que a Santa Casa está a fazer para esta Unidade, em que nós Ferreira fomos pioneiros nisto, quando se fez a primeira experiência em Portugal do que seria uma unidade de cuidado integrados continuados, isso não existia, na parte de trás do Centro de Saúde que ainda está lá hoje. Por outro lado também foi aprovado um apoio de cinquenta mil euros para o lar de Canhestros que fez aquele investimento todo e não teve apoios nem da Segurança Social nem da Câmara, e achou se justo que a Câmara os apoiasse. Também a Fundação São Barnabé que



A
ferre

também é uma IPSS sem fins lucrativos está a fazer um investimento para aumentar o numero de quartos e o numero de camas e para esse aumento também foi atribuído o mesmo subsidio de cinquenta mil euros. -----

-----Para a Santa Casa da Misericórdia também há uma outra iniciativa que é a ampliação do lar atual. A santa casa tem um projeto de arquitetura que já foi aprovado em reunião de câmara, eles vão candidatar-se aos fundos essa obra mas há sempre uma parte que a Misericórdia tem de ter, e para essa parte a Câmara já deliberou que vai dar um subsidio de cento e cinquenta mil euros. Da mesma maneira existe em marcha uma iniciativa muito importante nesta área social que é na área da deficiência, em Ferreira não existe nenhuma instituição nem existe resposta social na área dos deficientes, pois os nossos deficientes tem de se socorrer da CERCIBEJA, e surgiu aqui a possibilidade em colaboração com uma cerci de se fazer em Ferreira um investimento destes, que consiste num lar para deficientes, para vinte e quatro utentes e também um centro de atividades ocupacionais, para trinta utentes. É um investimento pesado e essa instituição vai também fazer uma candidatura aos fundos e a Câmara também já deliberou que sendo aprovada essa candidatura vai participar com duzentos mil euros, alem disso também aprovados em reunião da câmara dar o terreno para ser feito essa obra, se isto se conseguir fazer vamos dar uma nova resposta que não existe em Ferreira para os deficientes mas também uma instituição desta grandeza se for feita cá implicará a criação de algumas dezenas de postos de trabalho. Para os Bombeiros Voluntários, que fazem sessenta anos, a Câmara para além de ter aprovado um beneficio especial ao pessoal bombeiro por causa do seu voluntariado, de isenção de cinquenta por cento da fatura da água, esgotos e lixo também atribuiu à Corporação um subsidio de sessenta e três mil euros para comprar um novo auto tanque e um subsidio de quatro mil e quinhentos euros para fazer um furo de água dentro do quartel no sentido desta ter uma autonomia de água dentro do seu quartel. -----

-----Tem havido negociações com as Infraestruturas de Portugal que é a entidade responsável pelas estradas nacionais, nós já conseguimos com a IP que se fizessem aqui alguns investimentos relevantes no âmbito das estradas nacionais, por exemplo a que liga Alvaro às proximidades de Odivelas, foi refeita a estrada entre Santa Margarida do Sado e Canhestros, a Câmara está a reivindicar entre Canhestros e Fortes, a Estrada Nacional numero dois foi feita a variante à volta de Ferreira toda de novo e falta Ferreira para Odivelas, que está em mau estado, a Câmara tem feito insistências, assim como a Junta de Freguesia de Odivelas, também o Comissão Municipal de Proteção Civil também fez seguir uma recomendação em termos de segurança e está a ser feito neste momento uma obra de melhoramento de uma ponte junto à Quinta de São Vicente que carecia de obras de segurança na estrada 121 para Beja. Entretanto foi assinado dois acordos de entendimento com as estradas, um deles para fazer a ligação junto à estrada 387 entre Peroguarda e o cemitério de Peroguarda, isso está a ser trabalhado com a Junta de Freguesia e logo que estejam assinados esses papéis vai ser lançada a obra para que os funerais que



ascendam ao cemitério de Peroguarda possam ser feitos com maior segurança, por fora da estrada nacional, neste momento para ir o cemitério da Peroguarda e para se fazer os funerais faz se dentro de uma estrada nacional, com perigosidade. O que se vai fazer é uma espécie de rua ao lado da estrada nacional, e por isso foi preciso fazer um protocolo assinar e ser aprovado pelo

IMT. Um outro protocolo tem a ver com o cruzamento da Estrada Nacional numero dois na freguesia de Odivelas com a Estrada Municipal numero quinhentos e vinte e cinco no Penique, onde é o Parque Agro Industrial do Penique. É um cruzamento difícil, não basta já o fumo da fábrica do bagaço como também a estrada está ali muito mal, dada a entrada dos camiões, havendo outra estrada que vai ter à Malhada Velha. Ali vai ser feita uma rotunda, um investimento de cerca de quatrocentos mil euros, quem vai fazer a obra é a câmara por empreitada e o financiamento vai ser dado pelas Infraestruturas de Portugal, esse entendimento já foi assinado está só a espera do IMT aprovar para se lançar o concurso da obra e finalmente acordou-se com a IP uma grande reparação da estrada nacional entre Santa Margarida do Sado e Ferreira do Alentejo, incluindo o aliviar das curvas mais pronunciadas e vai ser feita uma variante à Figueira dos Cavaleiros em auto estrada, aproveitando aquela parte que já estava aberta e está lá abandonada. Essa auto estrada vai começar ainda antes do Lagar do Marmelo e vai sair já depois da Figueira, o que quer dizer que se ficará com um bocadinho que não é auto estrada entre a Malhada Velha e a variante da Figueira. A outra obra será desde Ferreira até ao limite do concelho, e será até Beja e que incluirá uma variante a Beringel. Quanto ao calendário, já foram lançados os concursos para os projetos, e meados do ano que vem os projetos estarão prontos e aprovados e serão lançados os concursos para selecionar os empreiteiros para fazerem as obras.-----

-----Estes melhoramentos vão ser muito significativos, também se se conseguir o melhoramento com a estrada de Odivelas, em termos de estradas nacionais haverá um grande salto em frente com estas obras. Relativamente ao Natal, as habituais animações de Natal com flores e animações, já estão a decorrer os trabalhos para o processo eleitoral do Presidente da Republica, que será a vinte e quatro de janeiro, este ano por causa da covid vai haver algumas condições especiais, as salas tem de ter dimensão, as pessoas tem de estar com máscara, tem de haver gel, ou seja todas essas exigências, os nossos serviços estão em comum com as freguesias a prepara os locais. No caso mais complicado, que era o caso de Ferreira onde a eleição se fez no Pavilhão dos Desportos, mas não se pode lá fazer visto aquele local estar adstrito à Proteção Civil, tem lá camas montadas para a covid se houver um surto. A solução que os serviços propuseram e que foi aprovada, foi fazer no ginásio da escola secundária, as pessoas entram pela rua da Eira, tal e qual, as pessoas não tem de mudar de sitio, tem dimensão para isso e vai ser lá montado as mesas de voto.-----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia Rodrigo Raposo**, pediu a palavra, refere que ouviu as palavras do Presidente e já são várias vezes que tem falado com o Presidente acerca da



R
Ror

condição em que se encontra a estrada nacional numero dois, também já fez algumas intervenções aqui e noutras sessões e vê que a Câmara Municipal aprovou com a IP alguns acordos. A EN2 se não é a pior é das piores estradas nacionais do concelho, aquela que merece uma intervenção mais rápida, atendendo à circulação que diariamente circula nesta estrada que é de veículos pesados, agrícolas, atendendo à localização do Parque Agro Industrial, neste ultimomês tem sido os vários acidentes que tem ocorrido, até os Bombeiros tem sido contactados para a lavagem daquela via, aconteceu um acidente com alguma gravidade, existem veículos que se desviam dos buracos, das lombas e embatem noutros veículos, espelhos, pneus furados, e aquilo que o Senhor Presidente pede é que em conjunto com a Assembleia, por exemplo a Junta já fez chegar este descontentamento junto do Presidente da Republica, junto do Ministro das Infra Estruturas, junto do Primeiro Ministro, mas parece que isto não surtiu qualquer efeito. A população através das redes sociais é diariamente, a reportarem quase como se a junta fosse culpada por isso, apesar de ter o apoio da câmara, refere que se sente isolado por não se conseguir fazer nada e cada dia que passa, as condições pioram, nem reparações são feitas, ainda à dias via o deputado José João que fazia uma observação que tinha aquando de ter circulado naquele estrada. O **Senhor Presidente da Junta**, reitera o seu pedido, que em conjunto, a Câmara, a Junta e a Assembleia Municipal, se pudesse fazer um documento para se fazer chegar à IP, pelo menos para fazerem a reparação dos buracos que existem. Solicita que fique registado, também para demonstrar às pessoas que é uma preocupação este assunto.-----

-----A **Senhora Deputada Lourdes Hespanhol**, salienta que embora o que vai colocar talvez devesse ter colocado noutro ponto mas como deixou passar, porque a discussão estava acesa, queria solicitar aqui ao Senhor Presidente, porque também faz parte da atividade da câmara. Refere: *"Nós aprovamos aqui uma moção sobre o suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade, aprovamos por unanimidade, tendo sido apresentada pelo Senhor Deputado José João"*. O que quer saber é se no orçamento para o ano dois mil e vinte e um, já consta pagar este subsidio aos trabalhadores da Câmara Municipal, que é quinze por cento da remuneração base diária para serem compensados do trabalho difícil que desempenham.-----

-----O **Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, Rui Páscoa**, refere-se à questão levantada pelo Presidente da Junta de Odivelas, pois nem que houvesse a melhor estrada do mundo, e o tipo de utilização entre este troço de Ferreira, cruzamento para Alfundão, pedreira e Parque do Penique, a utilização que esta estrada tem por parte dos veículos pesados, transportam azeitona e bagaço, é com certeza acima da carga normal, e coloca-se o problema do acondicionamento da carga que também muitas das vezes é deficiente, isso leva a que bagaço e azeitona caia para a estrada, e para além dos buracos, também podem derrapar e a limpeza com água nem sempre é muito eficiente, portanto nem que haja uma estrada especial, e isto também é um problema de fiscalização, mas que não está, está na rotunda de Beja e no Parque Farias, existem estas coisas que carecem de uma maior atenção, pois vivemos em liberdade mas não devemos viver em *bandalheira*, devem construir uma estrada, reparar mas também devem



fiscaliza-la, no aspeto das cargas e do seu acondicionamento. Relativamente às questões a colocar ao Senhor Presidente da Câmara, sobre aquele célebre numero de algumas centenas de contadores que não contavam e não permitiam a faturação por parte dos serviços municipais, pergunta se já foram todos substituídos. A outra questão, à pouco tempo na casa dos seus pais apareceu uma fatura para pagar relativa ao mês de maio deste ano, que era para pagar em junho e já com atraso, mas não é onerosa por isso, questionou junto dos serviços municipais sobre se era possível, ao que lhe disseram que sim era possível essa situação ocorrer, dizendo que podia haver atraso por parte dos correios e parece que este caso não foi o único. Questiona se foi tomada alguma diligência junto dos correios para que as cartas chegassem à casa das pessoas, o que é de estranhar que elas se extraiam quando são entregues nos correios de um remetente que é Ferreira para um endereço que é Ferreira, é muito estranho e se isso realmente acontece devem, ser questionados os correios. Relativamente às fugas nas ruas, naquelas ruas menos conhecidas, aquelas fugas que aquando da reparação provocam muitos transtornos durante o período de verão são com certeza o reflexo de má manutenção, má utilização e de envelhecimento das condutas, elas causam claramente muito transtorno e continua a acontecer. A ideia que dá é que fechasse a água neste lado da vila virado para o lado de Sines quando há uma rotura no Bairro do Império, isto é desleixo porque não existem ou existem e não são encontradas ou estão debaixo do pavimento ou debaixo do alcatrão e não foram mantidas ao longo dos anos e para reparar uma rotura de um lado da vila o outro lado da elevação também fica sem água.-----

-----Isto algum dia tem de ter uma solução, não se pode fazer só obras bonitas tem de se fazer aquilo que está escondido que foi começado a fazer à quarenta anos, porque as pessoas vivem destas coisas no dia a dia, e como resultado das constantes reparações ficam os buracos que em algumas ruas já tem um aspeto gritante e causam claramente transtornos a quem vive e a quem passa, o que é muito chato e não chega dizer às pessoas que um dia se vai reparar porque existem buracos, assim como o lixo que já existe à quatro anos, três anos ou cinco anos, que não é mexido, *toda a gente passa e assobia para o lado*. Durante a pandemia um sitio onde se sai mais é ao Jardim Público, e por vezes tem de... utilizar as... casas de banho publicas do jardim, casas de banho essas que foram renovadas recentemente mas com uma qualidade técnica muito duvidosa, aquilo não se faz em lado nenhum, não se apresenta uma casa de banho publica tal como está, que não tranca uma porta, está com um tijolo a sustentar a porta, instalaram recentemente uma ventilação, no concessionário fizeram buracos na parede, derrubaram louça do concessionário, uma ventilação atravessada por várias divisões quando podiam ter feito para cima.

-----O concessionário com certeza já apresentou reclamação e pedido de ressarcimento de alguns valores, foi-lhe desligada a máquina de gelados durante esse episódio, e isso não está resolvido, recorda-se que o concessionário a relação que tem é com a Câmara Municipal não é com a empresa que foi fazer as obras. Outro aspeto é o mau cheiro da casa de banho qualquer pessoa que olhe para aquelas casas de banho e cheire, vê que aquela ventilação continua a puxar o mau cheiro dos canos, há ali claramente um problema de sifonamento daqueles canos



Rene

que tem de ser melhorados, os serviços técnicos da câmara tem de olhar para estas coisas, vão ao terreno e resolvam os problemas, senão aquilo vai continuar a cheirar mal, ponham as ventilações que puserem, o problema de fundo não está resolvido e isto resulta de mau acompanhamento das obras que a câmara manda fazer, mau acompanhamento, é quase sempre o mesmo nestas coisas e podia-se falar da ETAR porque não começou a funcionar à dois anos atrás e só agora é que começou a funcionar, é mau acompanhamento, má adequação dos projetos às condições existentes, falta de assistência técnica. -----

-----Quanto aos entulhos, que eram habitualmente depositados no terreno da pedreira, que recentemente foi vedada, se transitar-mos por lá, o entulho continua a ser depositado do lado de fora da vedação que foi feita, isto não se passa em terra nenhuma, nas outras terras todas as obras que é possível a Câmara meter o "bedelho" isto é as obras que têm de ser licenciadas, existe o controlo de entulho, não há licenças de utilização, no final enquanto não se sabe onde foi depositado o entulho, tem de haver uma fiscalização, o conhecimento desses entulhos, são deitados em algum lado? Questiona. Tem de se perceber e é mais uma vez um problema de fiscalização e falta de acompanhamento técnico. São obras feitas, são casas demolidas, não se avalia a demolição, não há projeto de demolição, muitas vezes as demolições causam transtornos nas casas vizinhas quando elas estão entaladas e não há qualquer acompanhamento técnico disso. Isso é uma das coisas com que se tem debatido, reforma o Senhor Rui Páscoa, há três anos, quando novamente veio para a Assembleia Municipal, e algum dia pode acontecer alguma coisa grave, aquela obra em frente aos correios, no espaço público, com aquela lixeira que se está criando atrás daquele tapume, aquilo não é nada, não se percebe como é que aquilo está há tanto tempo assim, tem de haver uma solução, isso é um problema, da câmara ou um problema dos serviços técnicos, mas quem passa vê que aquilo não é normal estar assim há tanto tempo, para além de ser perigoso, porque até aquele bocadinho de proteção não resolve não impede daquilo cair, podendo cair em cima de alguém.-----

-----A **Senhora Deputada Lourdes Hespagnol**, em relação às ruas, a rua de acesso ao Centro de Saúde, é uma urgência, refere que já não passa por lá porque sabe, mas quem não sabe e passa por lá bate com o carro, e aquilo não é nada, são crateras autênticas para se ir direito ao Centro de Saúde, ou se retira a indicação de Centro de Saúde naquela rua e põe-se na debaixo, porque as pessoas estão sujeitas a estragar ali os carros e depois quem é que paga, deve ser a câmara, não? Porque se perguntarem quem é que é responsável por o carro ter batido e se ter estragado, refere que é a câmara, porque é ela que tem responsabilidade das ruas, a câmara, as ruas são todas urgentes e aquela rua é muito urgente.-----

-----Não havendo mais intervenções, a **Senhora Presidente da Mesa**, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. O **Senhor Presidente** em primeiro lugar quanto ao subsidio de insalubridade, penosidade e risco, a resposta é sim, a Câmara com gosto fará esse pagamento em conformidade com a regulamentação legal, portanto o parlamento aprovou à pouco tempo essa



legislação, falta sair agora um regulamento que vai especificar isso e quando sair será aplicado pela Câmara. De qualquer forma como há algumas verbas no orçamento que com despesas com o pessoal tem algum caráter de generalidade que nos permite fazer os pagamentos, mas como também vai ser feita essa revisão do orçamento em fevereiro espera-se que até lá haja essa regulamentação, ainda não se sabe exatamente a quantos trabalhadores vai ser aplicado e qual é as categorias dele, porque depende, cada um tem os seus salários e depois essas percentagens aplicados a salários diferentes que não se sabe qual é, mas a intenção é pagar assim, que seja viável. -----

-----Em relação às ruas, refere que têm toda a razão, em relação à rua dos Açores, assim como a rua Machado dos Santos e a rua Marechal Gomes da Costa, são três ruas que estão bastante danificadas e depois existem outras. Existe um programa sobretudo nestas ruas em alcatrão, as ruas empedradas tem outra durabilidade, as ruas em alcatrão ao fim de alguns anos desgastam-se muito, assim como também nas várias aldeias, por exemplo em Santa Margarida do Sado, refere que esteve lá a ver uma rua, e que está em péssimas condições. É preciso responder a essa problemática dos buracos das ruas de alcatrão e das ruas em calçada e também das estradas, porque também existem estradas em má situação. Com o inverno e as chuvas, piora todos os dias. Em relação à rua dos Açores, assim que se puder vai ser feita toda de novo, aquela rua teve alguns problemas com roturas, e conforme informação dos serviços, não tem havido grandes problemas nas condutas gerais da água, normalmente correm ao meio das ruas mas tem havido problemas com os ramais que vão dessas condutas para cada casa, e parece que há um período em que tenha sido fornecido material que não era muito bom e agora está com muitos problemas e cada vez que existe esses problemas existe uma rotura. Existem outros casos que não é roturas, as pessoas pedem ramais novos. No caso da rua dos Açores, foi solicitado aos serviços para fazer o levantamento de todos os ramais dessa rua, no sentido de se ver se era possível antes de refazer a rua toda de novo, substituir os ramais que ainda não foram mexidos, vamos proceder dessa maneira, para se ser eficiente, já devia de ter sido feito, mas o problema é que a Câmara não tem capacidade instalada para fazer. Existiu no passado capacidade de fazer alcatrão, máquinas e pessoal, talvez se deva pensar nesse assunto, em ter uma equipa para se resolver a isso, porque a nossa dependência em termos de contratar fora, nos dificulta muito, por um lado a contratação fora é muito morosa, porque o processo burocrático legal de adquirir serviços ao exterior tem de seguir aqueles procedimentos e também estamos uma zona onde há poucas empresas e as empresas estão assoberbadas com trabalho, e agora com o *covid* piorou não tendo capacidade de resposta. -----

-----Para responder à questão do alcatrão, a Câmara tanto nas ruas como nas estradas fez um concurso, selecionou-se uma empresa, ter uma empresa que a nosso pedido fosse fazer obras onde fosse preciso, nesse primeiro concurso houve uma série de intervenções que se fizeram em algumas estradas, ruas e em várias aldeias, Odivelas, Alfundão, Canhestros, Figueira dos Cavaleiros, em Ferreira do Alentejo, por exemplo na rua João de Deus foi feita toda de novo e



[Handwritten signature]

espera-se que se consiga fazer na rua dos Açores. Essa empresa não cumpriu na íntegra o contrato, a certa altura foi trabalhar para outro sítio, não tinha disponibilidade para vir trabalhar mais vezes deixando passar os prazos do contrato, a Câmara claro, que não pagou a parte que faltava, deixando numa situação de desamparo. Nessa altura foi feito um novo concurso, e esse concurso teve uma empresa única que concorreu e ganhou, vinha assinar o contrário e nas vésperas de assinar o contrato negou-se, referindo que foi feito um preço baixo. Contudo, a Câmara participou à entidade das obras públicas, foi aberto um novo concurso que neste momento está a decorrer. A Câmara pelos seus meios compra as massas frias e se colocam nos buracos, a primeira prioridade seria a estrada municipal que liga Aldeia de Ruínas a Fortes com este sistema, na rua dos Açores, os serviços estão à espera desta situação, da empresa fizesse esse serviço, foi lá colocado pó de pedra e *tout-venant*, mas quando chove imediatamente aparecem buracos, hoje foi colocado nesses buracos na rua dos Açores as massas frias. Se houvesse facilidade e os concursos corresse bem isso já estaria resolvido, e se correr bem agora vai ser resolvido, tem havido o esforço possível para haver essa solução.-----

-----Em relação às calçadas, o Senhor Presidente refere que é adepto que com o tempo se possa vir a substituir pavimentos de alcatrão por calçadas, sendo estas melhor ecologicamente, mais dignificante do espaço público e mais duradouras. Dentro de poucos dias vai iniciar a obra na rua Miguel Bombarda e ruas adjacentes, nomeadamente a rua Alves Redol, rua António José de Almeida e a rua Inácio Guerreiro da Silva, essas ruas vão ser todas levantadas e repostas novas canalizações e vai ser colocada calçada de cubos, sendo esta uma rua histórica que merece ter uma calçada compatível com a sua historicidade e não o alcatrão que lá tem. Também existe dificuldade nas calçadas, a Câmara só tem um calceteiro, contudo com o Instituto de Emprego Profissional a Câmara conseguiu montar um curso de calceteiros com onze inscitos, havendo a esperança que a Câmara pudesse aproveitar alguns e pudesse abrir um concurso e dotar-se com alguns calceteiros para responder com mais eficácia ao problema das calçadas, por outro lado foi feito um contrato com uma empresa de calceteiros local com um contrato de execução continuada, já foi feito um passeio grande, novo em Santa Margarida do Sado, em breve será um passeio em Olhas, por vezes também socorrem para tapar um buraco. Existe um défice que a Câmara tem nesses aspetos. No caso particular da estrada dos Gasparões, a 526 existe um projeto feito e era desejável no princípio do ano tentar lançar um concurso para fazer uma empreitada de melhoramento da estrada dos Gasparões.-----

-----Quanto às questões formuladas pelo Senhor Rui Páscoa, o Senhor Presidente refere que relativamente aos contadores, é verdade havia muitos contadores que estavam parados, quinhentos ou mais, a Câmara já fez duas ou mais campanhas de substituição de contadores, também é feito por contratação externa porque o pessoal da Câmara não consegue responder em grande quantidade, e já foram substituídos várias centenas de contadores de água. -----

-----Quanto à faturação da água que não chegou a casa, parece que é mais uma pergunta para o chefe dos CTT, nunca tendo ouvido falar nesse assunto, os serviços irão ver e naturalmente se as pessoas não tiverem responsabilidade nisso, aliás pois foi dada uma moratória, por causa da



[Handwritten signature]

covid se as pessoas não pagaram a água durante estes meses, podiam fazê-lo até ao final do ano sem qualquer acréscimo. No que concerne às fugas da água, fecho da água, é verdade existe um problema de falta de seccionamento da rede e neste momento está a decorrer um concurso para se contratar uma empresa para se fazer isso, a nível de todo o concelho, criar torneiras de seccionamento algumas que existem são para áreas muito vastas outras estão avariadas, outras escondidas debaixo do alcatrão, criando secções mais pequenas, para que quando se tem de fechar para qualquer obra, não fechar para muita gente. O que foi feito, foi dar ordem aos serviços que ele tem cumprido, salvo casos de urgência ou muito graves nunca fazerem esse tipo de atividades antes das nove e meia da manhã, para não prejudicar tanto as pessoas e tentar avisar as pessoas que são cobertas por essa situação. Em relação à questão dos monos, tem sido feitas várias campanhas, é um problema que existe por todo o lado, na Associação de Municípios que trata do lixo, a AMAGRA e AMBILITAL fala-se muito nisso e é uma queixa de todas as Câmaras, a Câmara de Ferreira teve uma iniciativa nova que foi criar um novo tipo de contentores, feito nas oficinas da câmara, à experiência, os monos. Foram colocados quatro na vila e essa experiência tem sido positiva tendo sido encomendado mais material para colocar em mais sítios da vila e também nas aldeias. As pessoas têm um sítio próprio para depositarem os monos e em vez de porem nos passeios e nas ruas, dá um péssimo aspeto, assim estão dentro dos monos e a Câmara vai levantar quando é preciso.-----

-----Em relação aos entulhos, o **Senhor Presidente da Câmara**, salienta que a Câmara tem um sistema que nas obras de pequena dimensão, de recolha e encaminhamento gratuito dos entulhos para tentar dar uma resposta para as pessoas, nas obras de maior dimensão é obrigação do dono da obra ou do empreiteiro fazer a recolha e o encaminhamento dos entulhos. Quanto à fiscalização, compete à CCDR que atua, mas a Câmara tem uma resposta e até muito favorável, que é a recolha gratuita dos entulhos das pequenas obras. Relativamente à obra em frente os CTT essa obra parou e esperamos que se venha a fazer porque é uma obra importante e para mais no sítio em que está, naturalmente que as pessoas também tem a suas dificuldades mas tem de cumprir a lei e cumprir as normas, e por essa razão a fiscalização fez participações, isso até já foi à reunião de Câmara, foram levantados autos, processos de contraordenação e aplicadas penas de acordo com a lei para o dono da obra e também intimações, para concluir a obra, para não prejudicar o vizinho, tudo o que é legalmente previsto, foi atuado pelos serviços da Câmara e a pessoa tem uma serie de notificações quer para determinados comportamentos que a lei obriga quer contraordenações que a lei prevê. O que passa muitas vezes e quando há alguma incapacidade de agir ou de atuar por parte das próprias pessoas às vezes não se consegue ver o problema resolvido e só em ultimo dos últimos casos é que a câmara se poderia substituir, por exemplo só no caso de haver um grande prejuízo para a segurança pública, sendo que a Câmara atuou e os processos continuam ativos e estão a decorrer.-----

----- Em relação ao Jardim Público, o Senhor Presidente informa que a Câmara fez grandes intervenções de melhoramento do Jardim Publico, uma delas foi a remodelação das casas de



banho, concorda que a obra não foi feliz, tem-se procurado fazer algumas correções, ao nível das respirações e admite que não se tenha resolvido efetivamente as questões, e só fazendo um novo projeto reolhar para aquilo e tentar fazer uma nova obra, neste momento não está a ser tratado mas é uma questão que se pode pensar nisso. Em relação a uma queixa que foi apresentado pelo concessionário, quando foi feita a obra, esta que não foi feita pelos serviços da câmara mas sim por uma empresa externa, terá havido danos, decorre um processo, existe uma queixa da pessoa, a Câmara mandou averiguar pelos serviços competentes, o das obras, sendo que estes não confirmaram esses dados, logo a Câmara não pode mandar pagar prejuízos que os serviços negam ter acontecido sob pena de ser o Presidente da Câmara que fica em trabalhos de haver alguma queixa ao Ministério Público porque está a beneficiar alguém, quando os serviços dizem que não. Mas havendo todo este problema, já foi determinado que fosse feito num inquérito, que vai ser feito por uma pessoa independente, que é um consultor jurídico da Câmara, onde lhe foi mandado fazer um inquérito, vai ouvir as várias partes e ver os documentos que houver e esse inquiridor vai fazer um relatório e vamos ver se com esse relatório será possível nos tomar mos uma decisão definitiva.-----

-----O **Senhor Primeiro Secretário da Mesa, Rui Páscoa**, refere que as casas de banho publicas do jardim, são até irregulares, não é normal que uma porta de uma casa de banho, para um local publico, e estando até na condição de não se fechar, não se conseguir trancar, estando o sanitário virado para a porta da entrada, a porta tem de se fechar, não pode haver mau cheiro e existe ali um erro técnico, mau acompanhamento de quem devia acompanhar. Relativamente aos estragos, o Senhor Rui Páscoa, refere que viu no dia a seguir que foram feitos, buracos sem qualquer cuidado para com os arrumos do concessionário, porque alguém achou que não tinha de avisar, e essa responsabilidade é da câmara, porque a câmara quando contratou a empresa, tem de assumir com o concessionário essa responsabilidade, para além da questão de umas centenas de gelados derretidos, porque a máquina dos gelados foi desligada. Objetivamente a obra como foi feita, foi de forma *indígena*, na pior aceção da palavra, não há relatório técnico nenhum, que diga isto de outra forma. Relativamente aos entulhos, refere que não está a espera que a CCDR e nunca fez esse tipo de serviço, nem quando o devia fazer viesse de forma sistemática ver onde é que os construtores civis num determinado local vão depositar os entulhos. Existe um mecanismo no regulamento que diz que a Câmara tem que avaliar um projeto de demolição e deve garantir o encaminhamento correto dos entulhos das obras são licenciáveis, as outras pequenas obras e uma questão clara de fiscalização, tem de haver aqui algum trabalho construtivo por parte da câmara e dos seus serviços técnicos para garantir este tipo de coisas, porque existe desleixo nestes aspetos que não são normalmente considerados na Câmara de Ferreira pelos serviços técnicos e deviam ser. -----

----- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, perante o referido pelo Senhor Rui Páscoa, diz que os serviços tem de cumprir com a forma que é o seu procedimento, que são serviços públicos, no caso da casa de banho, elas fecham, houve uma avaria nas fechaduras e já foram



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

substituídas, quanto aos danos, existe uma queixa de um particular, a Câmara manda os serviços que tiveram nessa intervenção pronunciar-se, os serviços dizem que não é verdade, a Câmara mandou fazer um inquérito por uma entidade autónoma que vai ouvir as partes e concluir, mas não se pode pedir ao Presidente da Câmara perante a recusa dos serviços ultrapasse isso e vá pagar dinheiro a pessoas porque pedem e isso tem de ser demonstrado. Em relação aos entulhos é uma competência da CCDR, a câmara não pode exercer as competências que não são suas, legalmente não o pode fazer, a CCDR atua os fiscais andam aí e tem havido várias multas até a Câmara já foi multada e a Câmara tem uma resposta para esse assunto que é fazer a recolha gratuitas às pequenas obras para as pessoas que tem mais dificuldades e todos os processos de obras que vão à reunião da Câmara são informados pelos técnicos e essas questões todas estão lá estabelecidas e a Câmara aprova e o alvará que é passado para as obras para os construtores e para os donos das obras tem lá essas obrigações, e que eles tem de cumprir e quando são detetadas são denunciadas e no caso da deposição dos entulhos fora das obras é uma competência da CCDR e que esta exerce.-----

C. – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”

-----Não houve.-----

D. – MINUTA DA ATA

Para efeitos de execução das deliberações, tomadas na reunião desta Assembleia Municipal, procedeu-se à votação da minuta da ata.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar a minuta da ata, para efeitos de execução das deliberações, por unanimidade, com 18 votos a favor.-----

ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, a **Senhora Presidente da Mesa** quando eram vinte e três horas e quinze minutos deu por encerrada a sessão.-----



-----E eu, Sónia Maria Martins Amaral, Técnica Superior do Serviço Jurídico e Institucional, para o efeito designado, redigi e subscrevi esta minuta que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Presidente da Assembleia,

Romana Maria Martins Pereira Romão

Dr.ª Romana Maria Martins Pereira Romão

